

**Para você, o que é remuneração do magistério? Breve análise dos sentidos, significados e discursos sobre remuneração do magistério no curso de Pedagogia da UFPR.**

*Luiza Freire*

## **RESUMO:**

O artigo apresenta a problematização dos discursos, os sentidos e os significados relativos à remuneração do magistério oriundos de uma pesquisa realizada com discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 2015. A opção escolhida para compreender como estes discursos são incorporados, assimilados e reproduzidos por eles foi a aplicação de um questionário semiestruturado. Ao todo, sessenta e dois discentes, de duas fases distintas do curso, responderam às questões. O ponto de partida teórico-metodológico da pesquisa verte dos estudos em financiamento da educação e política educacional, e tem como base a Análise do Discurso Crítica (ADC), por meio da qual foram destacadas as impressões e as concepções dos discursos apresentados. O objetivo deste artigo foi analisar como os discursos acadêmicos se constituem na formação destes profissionais, quais as lacunas presentes nestes discursos e a(s) concepção(s) deste objeto e suas categorias.

Palavras-chave: remuneração do magistério, discurso, política educacional, formação docente.

**Agência financiadora:** CAPES.

## **INTRODUÇÃO**

O termo remuneração do magistério ou remuneração dos profissionais do magistério ou, ainda, remuneração docente, é permeado por incompletudes de sentido e concepções no campo das políticas educacionais e da formação dos quadros do magistério no Brasil. Esta dificuldade de conceituação e, especialmente, de caracterização dos elementos que compõem a remuneração desses profissionais (tais como os vencimentos, salários, os planos de carreira, etc.) fez com que ocorresse uma busca por respostas para algumas hipóteses iniciais relativas ao discurso de tal objeto.

A intenção dessa coleta foi de mapear brevemente qual seria o discurso sobre a remuneração do magistério entre os acadêmicos do curso de Pedagogia. Para tanto, foram aplicados sessenta e dois (62) questionários em duas turmas, uma parte para os discentes que ingressaram no ano de 2015 (1º ano) e a outra fatia para os estudantes do 3º ano. Essa opção foi proposital para flagrar dois momentos da formação destes discentes: recém-egressos do Ensino Médio, os discentes do 1º ano supostamente tinham menos contato com as disciplinas do curso, gerando um conjunto de resposta diferente da fornecida pelos discentes do 3º ano,

que já haviam cursado algumas disciplinas do curso, além de estarem mais inseridos no mercado de trabalho da área, com atuação em escolas, empresas, etc.).

Está subentendido que somente esta amostra não é a expressão geral dos cursos de formação de professores no estado do Paraná, mas ela permite um olhar inicial sobre as lacunas e entendimentos dos acadêmicos relativos a este objeto e tema. De posse desta intenção de pesquisa, partiu-se do pressuposto de que os estudantes são sujeitos partícipes do processo de aquisição, assimilação, produção e propagação dos discursos do campo. Neste sentido, Guirado e Leiner (2007) discutem sob a perspectiva foucaultiana do papel dos sujeitos na análise institucional do discurso:

Tal sujeito não é um ser reificado, jamais. Trata-se, sim, de uma produção de subjetividade implicada duplamente nos processos de objetivação e subjetivação. Não é possível pensar nos processos de objetivação e subjetivação de forma apartada. Ao mesmo tempo em que um sujeito é objetivado pelo dispositivo, pelas práticas institucionais, encontra-se subjetivando-se no mesmo movimento. (2007, p.256)

Assim os sujeitos analisados nesta pesquisa geram sentidos e significados às suas práticas, produzindo discursos a partir dela. No item referente à metodologia da pesquisa há a indicação dos critérios utilizados para a confecção e análise dos questionários e posteriormente dos sentidos, significados, concepções e discursos levantados, tendo em vista essa noção do sujeito que discorre sobre a remuneração.

Para compor o viés analítico deste artigo, buscou-se a noção de discurso nos autores Orlandi (2008), Pêcheux (1997) e Fairclough (2001). Para Orlandi,

Os processos de produção do discurso implicam em três momentos igualmente relevantes: (1) sua constituição, a partir da memória do dizer; (2) sua formulação e (3) sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. (2008, p.09)

Estes processos são necessários para flagrar onde se situam os discursos indicados pelos acadêmicos e os pontos de vista que, *a priori*, alguns possuem nesta questão. De acordo com Fairclough (2001),

O discurso tem, portanto, sua própria força gerativa e, por meio de articulações, internaliza traços de elementos da prática social: elementos de relações sociais, de crenças das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na prática particular, e do mundo material em que se desenvolve a ação. Da mesma forma, os demais elementos da prática social articulam-se com o discurso e sofrem modificações decorrentes de tal contato. (FAIRCLOUGH, 2001, p.289)

Neste contexto da regularidade dos sentidos, o termo *remuneração do magistério* foi intencional para frisar que a categoria remunerativa era dos professores, independente se incluídos na educação pública, na iniciativa privada ou em outros setores profissionais da sociedade. E as questões não davam margem a outros entendimentos acerca da carreira, como outros profissionais que exercem funções docentes nas escolas (coordenadores, supervisores, diretores) e que, em muitos planos de carreira públicos, ingressam como profissionais do magistério.

A literatura nacional aponta para a análise das diversas terminologias e conceitos para o termo ‘magistério’ presentes nos planos de carreira municipais e estaduais na composição dos quadros profissionais (GIL *et al.*, 2012; BASSI *et al.*, 2012; ARELARO *et al.*, 2012). Estes autores evidenciam, entre tantas questões, a necessidade de uma regulação da carreira do magistério que permita aos professores uma formação, atuação e promoção mais efetiva das políticas de valorização do magistério, especialmente, as voltadas à esfera pública.

No campo do financiamento da educação, há uma preocupação recente de pesquisa, que é compreender a remuneração do magistério como uma das categorias fundamentais para o exercício da profissão. Esta preocupação busca compreender a composição da remuneração, quais são as estratégias governamentais frente aos planos de carreira, a remuneração propriamente dita e quais as políticas públicas designadas ao magistério.

Apesar do tema ser uma pauta emergente no campo do financiamento da educação, alguns pesquisadores apontam ser esse um objeto que necessita de maior precisão conceptual, pois está repleto de representações e pluralidade de sentidos, mas que ainda causa divergências concernentes à sua composição e teores subjetivo e objetivo. Precisar este termo é importante para a promoção de uma clareza técnica e teórica e também econômica, jurídica e político-social da remuneração do magistério.

Deste modo, Camargo *et al.* (2009), no artigo *Financiamento da educação e remuneração docente: Um começo de conversa em tempos de piso salarial*, aponta que a remuneração precisa “ser decifrada como luta política e, especialmente, como impacto nas políticas de valorização docente” (2009, p.342).

Os autores indicaram positivamente a necessidade de aprofundamentos das reais condições de trabalho e de remuneração do magistério para “subsidiar definições nacionais mais precisas, tendo em vista os seus impactos nas condições de qualidade do ensino” (CAMARGO *et al.*, 2009, p. 342).

A partir desta introdução, é possível pensar em uma análise do discurso da remuneração do magistério, tanto para os que pretendem exercer a carreira ou os que já atuam nela. Verificar como estes discursos se configuram nos cursos de formação permite compreender basicamente qual é o sentido da profissão hoje para os acadêmicos e também possibilita flagrar o entendimento explícito e implícito do discurso na entrada destes sujeitos no mercado de trabalho. Desvelar o discurso sobre remuneração do magistério presente nas respostas aos questionários pode indicar inicialmente o contexto social, pedagógico e político determinado por meio de uma ordem, de uma determinada coerência e até mesmo de uma linguagem comum presente nos currículos dos cursos de Pedagogia.

Estes são alguns dos pontos que possibilitam ou dificultam a análise interpretativa dos discursos levantados. Para desvendar este panorama complexo de respostas, entradas e pluralidade de concepções, sentidos e discursos, três ações foram necessárias para dar corpo a este artigo.

A primeira foi a elaboração do questionário semiestruturado contendo solicitações a respeito da remuneração, suas categorias e a opinião dos discentes sobre o objeto. A segunda ação foi a análise e tabulação das respostas e, por fim, a terceira foi cotejar estas interpretações dos dados recebidos ao documento que estabelece as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia da UFPR<sup>1</sup>, além do rol de disciplinas que, na sua ementa, contemplam conteúdos referentes à remuneração do magistério e a análise destas informações à luz da teoria da análise do discurso crítica.

### ***Para você, o que é remuneração do magistério? A METODOLOGIA***

Como mencionado anteriormente, este artigo foi desenvolvido a partir da análise das respostas, dadas por sessenta e dois (62) acadêmicos do curso de pedagogia da UFPR, de dois períodos distintos no ano de 2015. Todos os discentes aceitaram participar do questionário e o anonimato dos participantes foi preservado, atendendo os critérios da ética na pesquisa acadêmica. Quando mencionados, os acadêmicos foram referenciados como *respondente do 1º ou 3º ano*, seguido da idade e a atuação do mesmo.

Questionar os discentes transporta os discursos falados para o plano da materialização. Esta técnica foi escolhida para garantir que as respostas fossem as mais fiéis ao pensamento dos discentes acerca do objeto e tema propostos. Dessa maneira, o discurso assume uma

---

<sup>1</sup> A PORTARIA Nº16/2013 – PROGRAD/ UFPR, 07/03/2013 aprova o ajuste curricular no curso de Pedagogia da UFPR aplicável à Resolução 30/08-CEPE de 26/08/2008.

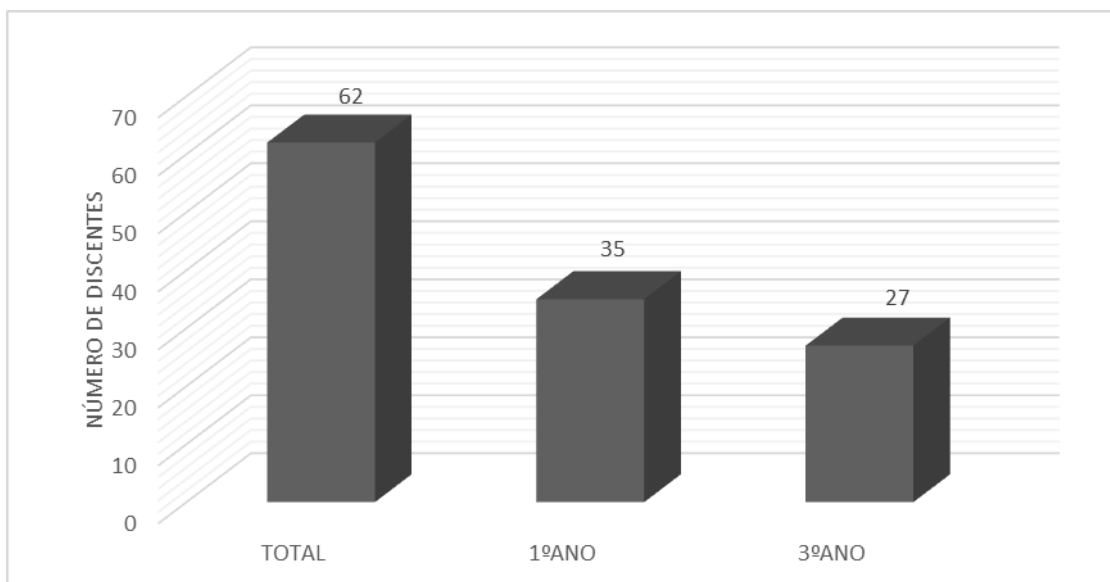
forma, uma linguagem, e ganha corpo. CARVALHO (2013), compartilhando desta premissa, indica que:

A linguagem é entendida como subsidiadora das categorias pelas quais os indivíduos nomeiam e agem no mundo, sendo, portanto, produtora de sentidos e significados que não preexistem às práticas discursivas. (2013, p.04)

As respostas aos questionários permitiram um *corpus de dados* rico, apontando quão heterogêneos ou ambivalentes são os discursos produzidos pelos acadêmicos. Para Fairclough, “o corpus reflete adequadamente a diversidade da prática e as mudanças na prática mediante diferentes tipos de situação” (2001, p. 277). Para compreender essa diversidade, as questões eram abertas. No início do questionário foram levantadas informações básicas que dariam o perfil dos acadêmicos destas turmas, tais como: a quantidade de acadêmicos, se estes atuam ou não profissionalmente, bem como a idade e sexo dos respondentes.

Do total de sessenta e dois questionários (62), trinta e cinco (35) eram respondentes do primeiro ano e vinte e sete (27) respondentes do segundo ano.

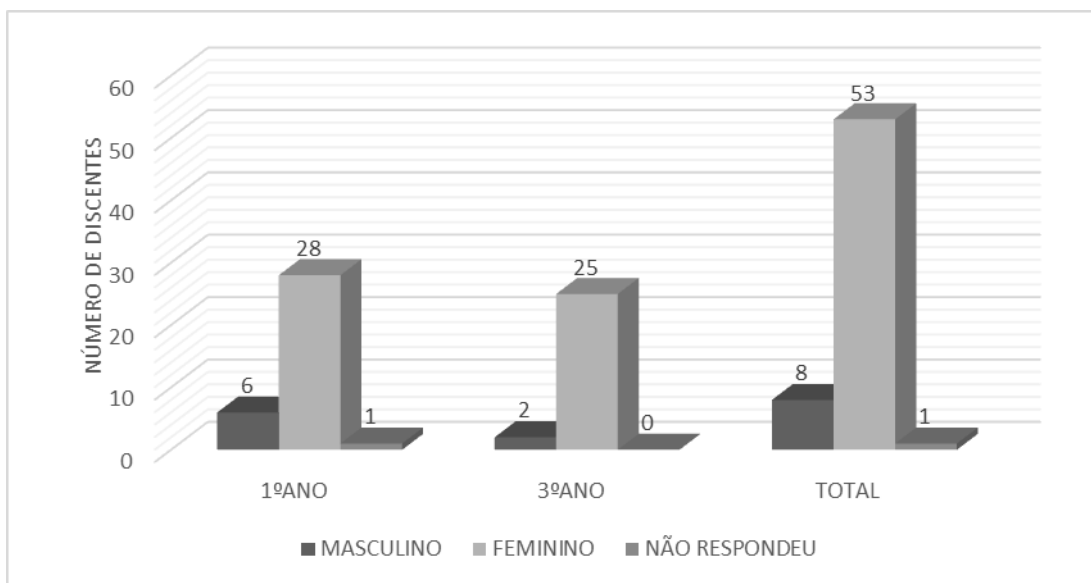
GRÁFICO 1 – RESPONDENTES – QUESTIONÁRIO - TOTAL



FONTE: dados organizados pela autora (2016).

Nesta amostra, a maioria dos respondentes indicou ser do sexo feminino, com cinquenta e três (53) questionários, e oito (8) indicaram ser do sexo masculino - somente um acadêmico não indicou o gênero. Em ambas as turmas, a maioria dos respondentes é do sexo feminino, como segue a indicação no Gráfico 2.

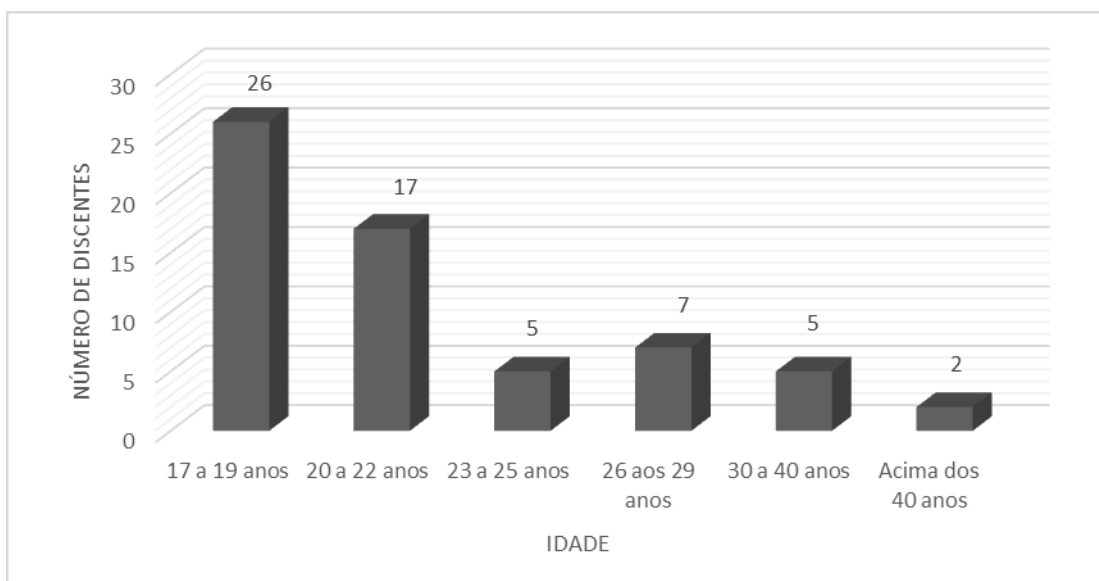
GRÁFICO 2 – GÊNERO DOS RESPONDENTES



FONTE: dados organizados pela autora (2016).

A reunião dos dados do questionário levou em conta também a idade dos acadêmicos e, no Gráfico 3, é possível verificar que a maioria deles estava na faixa dos dezessete anos (17) e, nas faixas seguintes até os vinte e nove (29) anos. Estas faixas foram agregadas de três em três anos. Somente sete (7) acadêmicos compunham as faixas dos trinta aos quarenta anos ou acima dessa idade.

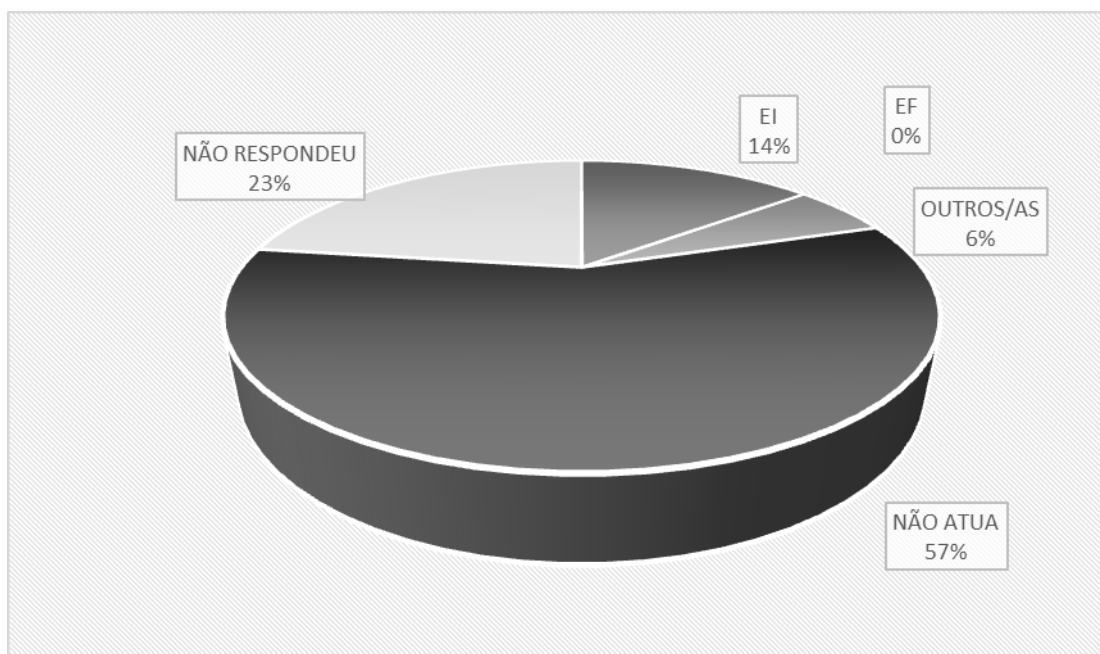
GRÁFICO 3 – IDADE DOS ACADÊMICOS



FONTE: dados organizados pela autora (2016).

No Gráfico 4 está a atuação profissional dos discentes do primeiro ano, demonstrando que eles ainda não têm uma grande inserção no mercado de trabalho da área. A maioria (57%) não atua, 14% são atuantes na Educação Infantil (EI) e outros 6% atuam em outras funções nas escolas.

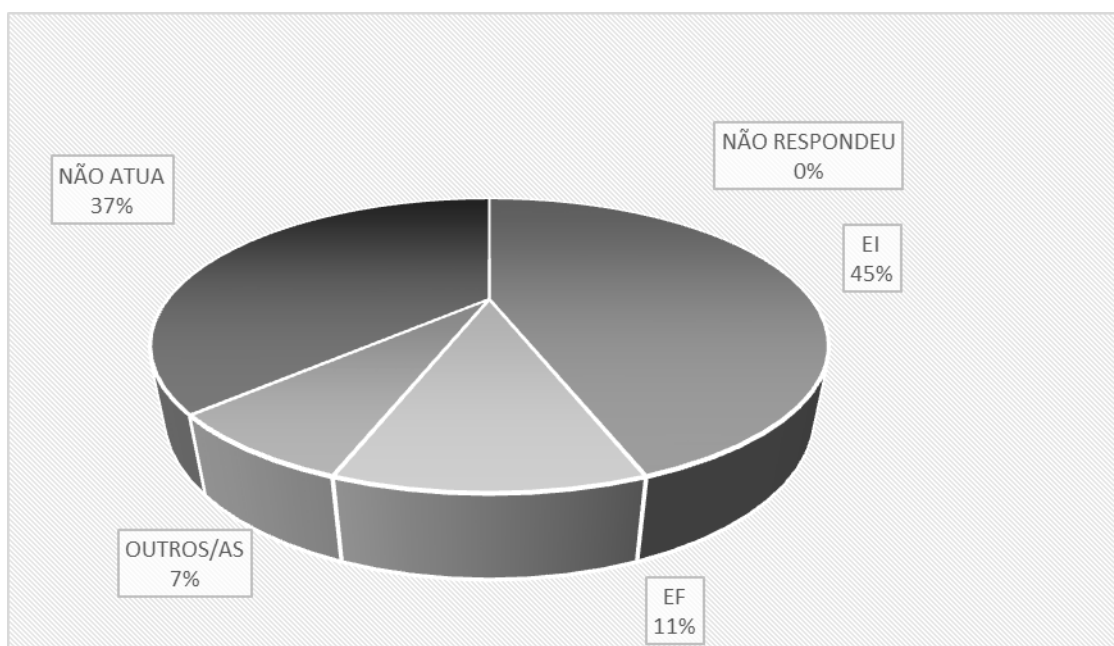
GRÁFICO 4 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL – RESPONDENTES DO 1º ANO



FONTE: dados organizados pela autora (2016).

No Gráfico 5 é possível observar os dados da atuação do terceiro ano. Nesta turma verificou-se a diferença significativa de entrada no mercado de trabalho com relação aos discentes do primeiro ano. No terceiro ano, 45% atuam na Educação Infantil e 11% no Ensino Fundamental (EF). Somente 37% dos discentes indicaram não atuar na área.

GRAFICO 5 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL – RESPONDENTES DO 3º ANO



FONTE: dados organizados pela autora (2016).

Após o levantamento do perfil dos discentes questionados, foram apresentadas três questões aos discentes: (1) *Para você, o que é remuneração do magistério?* (2) *O que você entende por salário, carreira, vencimento e vantagens pecuniárias? Qual a relação entre eles e o ofício do professor? E qual é a importância destes elementos na profissão?* (3) *Qual(is) é (são) a sua visão da remuneração do magistério no contexto das políticas educacionais brasileiras da atualidade?*

Todas as questões eram abertas para garantir a maior fidedignidade às respostas. E os trechos selecionados para esta análise foram transcritos de modo literal, para garantir que nenhum aspecto dos sentidos, dos enunciados ou dos discursos mencionados pelos acadêmicos fossem perdidos. Pêcheux (1997) afirma, nesta direção, que: “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro.” (1997, p. 53).

Entre a totalidade das respostas, foi preciso citar algumas delas fundamentais para compreender o contexto discursivo dos discentes. Por exemplo: como se dá a orientação deles para o objeto do discurso? Também foi possível verificar qual é a regularidade dos termos e das concepções apresentadas por eles nas respostas. E quanto é possível apreender das lacunas e particularidades relativas ao aprendizado do objeto “remuneração dos professores da escola básica” nestes dois grupos de discentes.



Estas questões justificam-se metodologicamente através da formulação de sentidos na ADC. Orlandi (2008) indica que: “formular é dar corpo aos sentidos. E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos.” (2008, p.09).

No contexto das respostas para a questão 1, verificou-se uma certa tendência nas duas turmas em designar a remuneração do magistério como o *valor pago ao professor pelo trabalho exercido em sala de aula* e a retribuição do empregador ao professor, ou seja, o salário. Verificou-se uma regularidade do sentido material da remuneração atrelada ao montante em dinheiro recebido pelos profissionais, e tais conclusões foram tomadas tendo como base a análise de alguns trechos, como a seguir:

*Consiste na retribuição que o professor recebe do empregador pelo trabalho prestado, em espécie.* (Respondente do 1º ano, 55 anos, não atua).

*Seria o salário ou o valor da mão-de-obra/força de trabalho do professor.* (Respondente do 3º ano, 25 anos, atua na Educação Infantil).

Pelo que foi indicado pelos respondentes, é possível entender que a remuneração assume um caráter essencial à vida do profissional do magistério e os acadêmicos foram unânimes em relacionar a remuneração a salário, sem indicar outros fatores da composição da remuneração do magistério, especialmente, na rede pública.

E foi nesta direção que os enunciados da questão dois se desenvolveram, com as respostas também permanecendo na regularidade da indicação financeira e material. Na turma do primeiro ano, o contexto de respostas do senso comum foi mais frequente aos componentes da remuneração e houve uma grande ocorrência de *não sei* nas respostas. O não dizer/responder configura-se também como uma expressão válida de sentido, pois o respondente evidencia seu desconhecimento acerca do tema e não preenche de sentidos equivocados o questionário.

Entre os respondentes do terceiro ano, houve uma aproximação mais efetiva dos conceitos dos componentes da remuneração. Muitos referenciaram estes como fundamentais para o exercício dos direitos do profissional do magistério. Os trechos a seguir indicam estas premissas:

*Salário é a quantia que se recebe por um serviço prestado. Carreira é uma possibilidade de crescimento não só de salário, mas também de cargo. Vantagens*

*pecuniárias talvez tenham a ver com benefícios que buscam motivar o professor na carreira. (Respondente do 3º ano, 19 anos, atua na Educação Infantil).*

*Entende-se por salário, carreira, vencimento e “vantagens pecuniárias” (que eu não sei) os direitos e benefícios dos docentes. Estão diretamente interligados com o estímulo à profissão, o reconhecimento para o professor. (Respondente do 3º ano, 21 anos, não atua).*

E, por fim, as respostas referentes à questão 3 caracterizaram-se por uma certa angústia dos acadêmicos ao discorrer sobre o objeto, como se falar/escrever a respeito de remuneração fosse pagar *a pior das penitências* em termos laborais e pedagógicos, pois estes respondentes expressaram por diversas vezes que a remuneração é um campo repleto de *vir a ser* e penoso na educação, e que permanece no plano do ideal e até mesmo do intangível em termos de justiça social.

Estas considerações foram verificadas em várias respostas dos acadêmicos. Nos trechos abaixo, algumas indicações da regularidade destes discursos que produziram o contexto enunciativo deste artigo:

*A remuneração docente hoje é uma vergonha. (...) muitas vezes, trabalha-se mais de um turno para obter uma quantia confortável no fim do mês. (Respondente do 1º ano, 18 anos, não atua).*

*A remuneração docente brasileira não é coerente com o esforço, a dedicação, o estresse e o conhecimento do professor. (Respondente do 3º ano, 21 anos, não atua).*

*O professor não recebe o valor que merece e deveria ser a profissão mais valorizada, não só na questão do dinheiro, mas em relação à educação mesmo. (Respondente do 1º ano, 18 anos, atua na Educação Infantil)*

*Acho os profissionais mal remunerados, considerando a responsabilidade e a importância da sua função. (Respondente do 3º ano, 29 anos, atua na Educação Infantil)*

Algo a se frisar foram as respostas sobre remuneração atrelando-se o objeto imediatamente à qualidade na educação, ou seja, um cuidado maior com a remuneração ou as condições remunerativas automaticamente implicará numa melhoria ou salto de qualidade na educação. Este é um dos aspectos a serem pensados com cautela, dadas as diversas condições das escolas e dos ambientes escolares no Brasil, mas entende-se que somente uma remuneração justa não contribuirá isoladamente para este progresso.

Um importante fato ocorrido na política educacional dos últimos anos, tendo em vista a melhoria da qualidade da educação, foi a implementação da lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)<sup>2</sup>. Esta é uma das questões pouco levantadas pelos acadêmicos e que corrobora no sentido de valorizar a carreira, ou a remuneração, propriamente dita.

A lei estabelece um piso nacional a ser pago aos profissionais do magistério, valor que nenhum ente federado pode fixar abaixo do patamar estabelecido para uma jornada de 40 horas na educação básica. Este valor prescreve garantias remunerativas aos profissionais do magistério da educação básica pública. Somente três discentes, todos do 3º ano, indicaram o conhecimento desta lei e as respostas transcritas abaixo demonstram este conhecimento:

*Há pouco tempo, presenciamos a luta pelo piso salarial. Em determinados lugares a lei do piso não é cumprida. Isso denota que a remuneração docente está intimamente ligada às políticas educacionais. A meu ver, o caminho é longo, pois o salário ainda é baixo e insuficiente para a realidade do docente. (Respondente do 3º ano, 24 anos, atua no Ensino Fundamental)*

*Diz respeito ao salário-base determinado pela lei. (Respondente do 3º ano, 27 anos, atua na Educação Especial).*

*Para mim, remuneração docente é o piso salarial estipulado pelas políticas públicas que definem o salário de um professor. (Respondente do 3º ano, 21 anos, não atua).*

Para fundamentar as relações presentes neste artigo, foram cruzadas as questões, as respostas dos discentes e, por fim, a análise sobre o currículo e a carga horária do curso de Pedagogia nas disciplinas que contribuiriam hipoteticamente para sanar dúvidas e oferecer informações sobre o objeto da remuneração.

O currículo pleno do curso de Pedagogia da UFPR é regido pela resolução nº 30/08-CEPE de 26 de agosto de 2008. O documento altera a grade curricular anterior do curso e estabelece as normas para o funcionamento a partir da data estabelecida. Neste documento há a indicação de duas disciplinas que, em suas ementas, propiciariam conteúdos e discussões relativas à carreira do magistério e da remuneração e seus componentes.

Estas disciplinas da grade curricular obrigatória são Políticas Educacionais e Organização e Gestão da Educação Básica I e II. A integralização do curso é feita com, no mínimo, três mil e duzentas horas (3.200) de atividades, sendo que as disciplinas mencionadas compõem juntas, no máximo, 180 horas de formação obrigatória e não contemplam integralmente a discussão acerca do financiamento da educação.

---

<sup>2</sup> O PSPN foi instituído por meio da Lei nº. 11. 738 de 16 de julho de 2008.

Ainda na grade curricular, porém nas disciplinas optativas do curso, há a disciplina de Financiamento da Educação. Esta seria uma possibilidade, caso fosse unida às outras disciplinas mencionadas, para auxiliar os acadêmicos a se apropriar dos sentidos, discursos técnico-acadêmicos e das concepções referentes ao objeto da remuneração, porém, a gama de conteúdo das três disciplinas é vasta e variada, o que dificulta o trabalho, por exemplo, com os sentidos e significados próprios do campo, além das análises das folhas de pagamento e dos componentes da remuneração do magistério.

De posse de todos estes elementos de análise, foi possível cotejar e compreender basicamente qual é a realidade discursiva entre estes acadêmicos, sendo possível afirmar que, somente no curso de formação, não é possível que os sujeitos se apropriem completamente do contexto discursivo e laboral do magistério. Geralmente, esta formação se dá na universidade, mas também ocorre no mercado de trabalho, como os próprios discentes mencionaram em alguns questionários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desta pesquisa, algumas práticas discursivas puderam ser enumeradas e, entre elas, mencionam-se as dez principais, listadas por aparecerem diversas vezes na análise dos questionários, e que apontam para qual era o contexto discursivo de ambas as turmas em questão. Para os discentes, a remuneração do magistério pode ser entendida como: (1) O salário, (2) uma retribuição, (3) fator de incentivo ao professor, (3) injusta, (4) baixa remuneração, (5) vergonhosa, (6) direito do profissional, (7) desestimulante, (8) insuficiente, (9) precária, (10) vencimentos.

Este contexto discursivo aproxima-se da pesquisa de Lapo e Bueno (2003) que, ao analisar o magistério da rede pública do estado de São Paulo, citam as condições para o desencanto e o abandono na carreira do Magistério: “baixos salários, situações precárias, insatisfação e desprestígio profissional estão entre os fatores que mais contribuem para que os professores deixem a profissão docente” (2003, p.65).

Demonstram que não somente um fator isolado determina a insatisfação com a remuneração na carreira do Magistério, e que é preciso uma análise mais global do tema para chegar a um consenso dos efeitos que uma remuneração mais justa impactaria nos múltiplos componentes da carreira e na própria educação. Um dos questionamentos destas autoras, e

também uma das menções dos discentes, é quanto à permanência dos professores na carreira apesar da – suposta – baixa remuneração.

Para os discentes que responderam ao questionário, a permanência na carreira do magistério ocorre “apesar” das múltiplas condições desestimulantes: remuneração insuficiente, desprestígio e situação precária das escolas, entre outros fatores negativos.

Outro ponto importante a ser mencionado é o do sentido de pertencimento à categoria dos profissionais do magistério, esboçado pelos discentes. Mesmo entre os que não atuam no magistério, há a menção de sentir-se parte da categoria. Nos fragmentos abaixo, uma amostra deste sentido:

*Salários e planos de carreira são um incentivo a nós professores e trabalhadores, e é muito importante para o professor/educador se manter cada vez melhor e poder crescer profissionalmente. (Respondente do 3º ano, 23 anos, atua na Educação Social).*

*Acredito que a remuneração hoje está muito baixa e desvalorizada (...) pois não é só porque eu faço Pedagogia, mas eu acho que o docente deveria ganhar o melhor salário e ter um maior reconhecimento e valorização, já que sem ele não é possível formar as pessoas. (Respondente do 1º ano, 17 anos, atua na Educação Infantil).*

*Mesmo que eu não receba um salário digno e justo, acredito que é possível ser uma profissional que dará condições aos alunos de aprender. Ainda há muito para lutar pelo salário, mas a profissão é boa. (Respondente do 3º ano, 40 anos, atua no Ensino Fundamental).*

Dentro do contexto de respostas, verifica-se uma certa regularidade no que tange ao dizer que a remuneração é requisito fundamental para a elevação da qualidade na educação e valorização da carreira no magistério.

A dificuldade em flagrar quais são as lacunas ou falhas no processo de apreensão da concepção de remuneração pode variar de múltiplos aspectos entre eles alguns implícitos mais a um corpus teórico das universidades que não explora um tema/objeto essencial nos conteúdos de formação do magistério e por muitas vezes que derivam também de indagações e conclusões dos sujeitos em formação que geradas pelo senso comum ou somente pela prática cotidiana no trabalho nos espaços escolares.

Com a análise geral dos questionários é possível verificar que, por muitas vezes, o discurso relativo à remuneração entre os discentes torna-se uma via de mão única, pois contempla análises isoladas de um fenômeno que movimenta diversos outros aspectos políticos, educacionais, materiais e sociais no campo da educação.

## REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete; JACOMINI, Marcia Aparecida; SOUZA, N.A.; SANTOS, K.A. Trabalho docente e valorização do magistério na rede municipal de São Paulo. *Revista Educação em Foco*, n. 19, ano 15, p. 129-162, 2012.

BASSI, Marcos Edgar; DEBOVI, Andréia; SANDRINI, Nádia Maria Soares. Carreira e remuneração do magistério público da educação básica no sistema de ensino estadual de Santa Catarina. *Revista Educação em Foco*, n. 19, ano 15, p. 57-80, 2012.

CAMARGO, Rubens; GOUVEIA, Andrea Barbosa; GIL, Juca; MINHOTO, Maria Angélica P. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. *RBP AE*, v. 25, n. 2, p. 341-363, mai/ago. 2009. Acesso 20/10/2013.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Notas sobre a história do curso de pedagogia no Brasil: reflexões contemporâneas. *REEDUC*, vol. 11, nº 25, 2014. Acesso em 15/02/2016.

\_\_\_\_\_. O imperativo do afeto na educação infantil: a ordem do discurso de pedagogas em formação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário da Análise do Discurso*. Contexto, 2004.

DEZERTO, Felipe Barbosa. Sujeito e sentido: uma reflexão teórica. *Revista Icarahy*, nº 04, outubro de 2010.

GIL, Juca; NETTO, F.N; MEDEIROS, I.L.P. O plano de carreira do magistério em Porto Alegre: Reflexões à luz do ordenamento jurídico nacional pós 1988. *Revista Educação em Foco*, ano 15, n. 19, p. 163-188, 2012.

GUIRADO, Marlene, Org.; LERNER, Rogério, Org. *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001 [1992].

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do Magistério. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 66-88, março/ 2003.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: SP, 3ª edição. Pontes Editores, 2008.

PECHEUX, Michel. O discurso: Estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 2ª edição: Campinas, SP: Pontes, 1997.

PORTARIA Nº 16/2013 – PROGRAD/ UFPR, 07/03/2013. Aprova o ajuste curricular no curso de Pedagogia da UFPR aplicável à Resolução 30/08-CEPE.